

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1807105 - RN (2019/0093094-2)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR : RICARDO GEORGE FURTADO DE MENDONÇA E
MENEZES E OUTRO(S) - RN001665
AGRAVADO : NARCISIO SEVERIANO DO NASCIMENTO
ADVOGADO : JULIA JALES DE LIRA SILVA SOUTO - RN006094

EMENTA

ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. MÉDICO. APOSENTADORIA ESPECIAL POR EXERCÍCIO DE ATIVIDADES EM CONDIÇÕES INSALUBRES. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF.

1. O Tribunal *a quo* decidiu a controvérsia a partir da interpretação de que os requisitos do art. 57 da Lei 8.213/1991 restariam preenchidos, uma vez que os contracheques juntados aos autos, nos quais há referência ao pagamento de adicional de insalubridade ao recorrido, seriam suficientes para a comprovação do exercício de atividade insalubre, no período posterior ao advento da Lei 9.032/1995.

2. A Corte de origem não emitiu nenhum juízo de valor acerca do art. 58, § 3º, da Lei 8.213/1991, restando ausente seu necessário prequestionamento, o que atrai a incidência da Súmula 282/STF ("*É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada*").

3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina
Relator